

Plenário aprova MP que eleva recursos para o setor elétrico

Projeto aumentou em R\$ 90 bilhões o limite de financiamento que o BNDES pode conceder ao setor elétrico com taxas subsidiadas pelo governo federal. O valor amplia para R\$ 134 bilhões os atuais R\$ 44 bilhões previstos em lei



Waldemir Barreto/Senado Federal

Relator do projeto de lei de conversão, o líder do governo Romero Jucá (C) enfrenta as críticas da oposição pelo excesso de temas no texto da medida

O setor elétrico pode receber uma injeção adicional de investimentos de até R\$ 90 bilhões este ano, por

meio de financiamentos com taxas subsidiadas do BNDES, a partir da aprovação, ontem, pelo Plenário do Senado, de medida

provisória que trancava a pauta de votações. A mesma proposta trata de diversos outros assuntos – o que gerou protestos da

oposição –, entre eles a criação de um fundo para resolver o problema da inadimplência de empréstimos do Fies. 5

Geraciolo Magalhães/Senado Federal



Ministro Luiz Sérgio (D) às lideranças: governo tem restrições orçamentárias para elevar o mínimo

Correção do IR depende do salário mínimo

O ministro Luiz Sérgio, das Relações Institucionais, e o líder do governo Romero Jucá alertaram ontem as lideranças da

base aliada no Senado sobre o risco de um reajuste maior do salário mínimo comprometer a correção na tabela do IR. 3

Jonas Pereira/Senado Federal



Os presidentes do Senado, José Sarney (E), e da Câmara, Marco Maia, se reúnem com Dilma Rousseff

Reforma política conta com Itamar e Collor

Comissão que José Sarney pretende instalar nesta semana deverá ser integrada por dois ex-presidentes da República: Itamar

Franco e Fernando Collor. Marco Maia, que preside a Câmara, anuncia que deputados também criarão comissão sobre o tema. 7

Índios e ONGs protestam contra usina de Belo Monte 4

Trazidos por representantes de movimentos sociais, indígenas do Xingu participam de protesto em frente ao Congresso



José Cruz/Senado Federal

Combate à homofobia volta à pauta do Senado

O Plenário aprovou ontem um requerimento da senadora Marta Suplicy para o desarquivamento da proposta, já aprovada na Câmara, que criminaliza a homofobia. 8

Este ano, algumas vagas nas comissões de Infraestrutura e de Constituição e Justiça terão de ser decididas por acordos, e não matematicamente

Comissões: quatro partidos têm 62,5% das vagas

NAS 11 COMISSÕES permanentes do Senado, caberá ao PMDB a maioria das cadeiras: o partido tem direito a 57 das 227 vagas – com igual número de suplentes. Em seguida, vem o PT (com 42), o PSDB (27) e o PTB (16). Juntos, os quatro partidos responderão por 142 lugares, ou seja, 62,5 % do total da composição.

O número de integrantes de cada partido nas comissões é estabelecido de acordo com a

proporcionalidade partidária na composição total do Senado.

Indicação

O Regimento Interno permite a cada senador fazer parte de até três comissões como titular e de até três como suplente. Apenas o presidente do Senado não pode integrar nenhuma comissão. Cabe a ele, no entanto, designar os integrantes desses colegiados, que são indicados pelos líderes partidários.

Segundo a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o cálculo é matemático. Entretanto, pode haver situações em que algumas vagas tenham que ser decididas politicamente.

Neste ano, esse é o caso das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Ambas têm, regimentalmente, 23 membros cada e, pela regra da proporcionalidade, seis vagas pertencem ao PMDB,

quatro ao PT, três ao PSDB e duas ao PTB.

Outros sete partidos (DEM, PR, PP, PDT, PSB, PCdoB e PSOL) têm direito, cada um, a uma vaga, somando, no total, 22 vagas. DEM, PR e PP decidirão entre si qual ficará com a 23ª vaga. Os três partidos têm o mesmo número de parlamentares, cinco, e por isso empatam na ordem de classificação, ou seja, têm um quociente partidário de 0,420.

Também pode haver acordo político para contemplar partidos que, de acordo com o cálculo de proporcionalidade, não teriam direito a nenhuma vaga nas comissões. Nesses casos, partidos maiores podem ceder vagas a menores.

Depois que os integrantes das comissões forem designados, será marcada a primeira reunião de cada colegiado para eleger o presidente e vice-presidente para o biênio 2011/2013.



Fotos de Geraldo Magalhães/Senado Federal

Com a bancada do PSDB, Alvaro (no alto) afirma ter recebido a garantia de que legendas escolherão as comissões de acordo com seu número de senadores

PSDB reivindica formalmente presidência da Comissão de Infraestrutura

A bancada de senadores do PSDB anunciou formalmente que reivindica a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Nos próximos dias, o partido informará o nome do indicado.

Depois da reunião da bancada, o líder do par-

tido na Casa, Alvaro Dias (PR), afirmou que obteve garantia do presidente do Senado, José Sarney, de que as legendas escolherão as comissões de acordo com o seu número de senadores, sem considerar blocos partidários.

Caso fossem considerados

os blocos, o PT pretendia reivindicar a presidência da CI, segundo publicado em jornais. Lindbergh Farias (PT-RJ) já havia manifestado interesse em dirigir a comissão que, entre outras coisas, tem poderes para analisar e questionar gastos do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) e para ouvir dirigentes das agências reguladoras. Diante das incertezas quanto à definição dos critérios de escolha dos presidentes das comissões, o PSDB chegou a anunciar que iria até a Justiça para ficar com a CI.

Durante a reunião, a

bancada do PSDB recebeu a visita do ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indicado pela presidente Dilma Rousseff para o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Alvaro Dias, a bancada "apoia sem restrições" a indicação.

Gurgacz deve ser indicado para comandar a CRA



Senador diz que irá defender o acesso dos pequenos produtores a novas tecnologias

O líder do PDT, Acir Gurgacz (RO), deverá ser indicado pelo partido para presidir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A informação foi dada ontem pelo próprio senador e, de acordo com ele, deverá ser apoiada pelo PT, PR, PCdoB e PSB.

Segundo Gurgacz, sua prioridade à frente da CRA serão os projetos relacionados à mecanização do campo com novas tecnologias, à alocação de recursos para os produtores, ao aumento da capacidade de produção aliada ao cultivo sustentável nas propriedades rurais e a campanhas educativas para o pequeno agricultor.

– Se nós levarmos estas tecnologias aos pequenos produtores, eles vão ter a capacidade de dobrar suas produções, sendo que, atualmente, a capacidade é

muito reduzida devido ao baixo potencial produtivo da terra. Algumas alternativas, como o surgimento das associações de produtores para fomentar a rotatividade das culturas agrícolas e o apoio financeiro por parte dos governos estaduais e federal, vão aumentar a capacidade produtiva de maneira sustentável – assinalou.

Para o senador, outro projeto que vai acelerar o crescimento da produção é o que trata da isenção de impostos sobre o maquinário agrícola adquirido por pequenos e médios produtores. O PLS 35/10 já foi aprovado pela CRA e encontra-se na Representação Brasileira do Mercosul, devendo seguir depois para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Gurgacz informou ainda que o bloco de apoio ao governo vai indicar Cristovam Buarque (PDT-DF) para a vice-presidência da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 20h de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Caatinga como patrimônio nacional

14h Na pauta, entre outros itens, proposta (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Presidência Sarney recebe ministro Patriota

15h30 Às 10h, José Sarney preside sessão em homenagem à memória do senador Eliseu Resende; às 12h30, reúne-se com o ex-embaixador dos EUA Clifford Sobel; às 15h30, recebe o ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota; às 16h, preside a ordem do dia; às 18h, comparece ao lançamento do livro *O milagre real*, na Biblioteca do Senado.

Congresso Homenagem a Eliseu Resende

10h O Congresso realiza sessão solene, no Plenário do Senado, para reverenciar a memória do senador Eliseu Resende, falecido em janeiro.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/stf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Líder do governo adverte que, se Congresso elevar valor do salário acima dos R\$ 545, a atualização da tabela do Imposto de Renda fica ameaçada

Correção do IR depende do mínimo, alerta Jucá

DEPOIS DE AFIRMAR que o governo enfrenta restrições orçamentárias e não tem recursos para tudo, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), declarou ontem que a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) está condicionada ao reajuste do salário mínimo.

Por isso, afirmou Jucá, se o Congresso decidir por um valor para o salário mínimo acima do teto defendido pelo governo, de R\$ 545, ficará difícil manter a proposta de correção da tabela do IR em 4,5% neste ano, como havia acenado o governo nas negociações com as centrais sindicais.

– Qualquer aumento [a mais para o salário mínimo] gerará um déficit no Orçamento e, portanto, implicará o não atendimento da correção da tabela do IR – disse.

Jucá se reuniu no Senado com líderes de partidos governistas e o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio. Além de tratar do reajuste atual, os líderes alinharam posições em relação a uma nova política para o salário mínimo. Luiz Sérgio e o líder do PT, Humberto Costa (PE), confirmaram a intenção da presidente Dilma Rousseff de enviar uma proposta ao Congresso para



Ministro Luiz Sérgio e Romero Jucá (D) explicam aos líderes da base aliada as restrições orçamentárias do governo

regular os aumentos.

Para o atual reajuste, contudo, a afirmação é de que deve prevalecer a política adotada nos últimos anos, com aumento equivalente à inflação do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes. Como o PIB de 2009 foi negativo, o reajuste pela inflação faria o salário deste ano subir para R\$ 543, mas o governo aceitou arredondar o valor para R\$ 545. Além disso,

prometeu corrigir a tabela do IR em 4,5%, enquanto as centrais sindicais pediam 6,5%.

Política permanente

A política que vem orientando a correção do mínimo é ainda do governo Lula e um projeto de lei chegou a ser enviado ao Congresso, propondo sua extensão até 2023. Mesmo sem ter sido transformada em lei, era a política que vinha sendo aplicada e,

conforme o ministro Luiz Sérgio, “assegurou aumentos reais robustos”. A revisão que o governo se dispõe a fazer agora já estava prevista no projeto original, a pedido do próprio movimento sindical, acrescentou.

O líder Humberto Costa também considerou que as regras atuais devam ser mantidas, pelo menos, até 2014, quando acaba o mandato de Dilma. Segundo ele, uma política definida em lei

será uma “conquista para os trabalhadores brasileiros”. Quanto ao reajuste deste ano, ele disse que é necessário manter as atuais regras e que um aumento menor agora será compensado em 2012, quando será levado em conta o PIB de 2010.

– Nós devemos levar em consideração que não estamos livres de quaisquer turbulências internacionais e, principalmente, que no início do governo é importante termos uma preocupação com o equilíbrio fiscal e com as contas da Previdência.

Já o senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, deixou a reunião defendendo que, em qualquer hipótese, a política de valorização do salário mínimo será mantida nos próximos anos. Considerou, porém, que o debate deve incluir algum tipo de solução para os momentos de retração da economia.

Além disso, Renan avaliou que outros elementos devem ser incluídos no debate, como valorizar a renda do trabalhador por meio da desoneração dos tributos estaduais sobre a cesta básica de alimentos. Jucá e Luiz Sérgio ponderaram, no entanto, que o governo não tem instrumentos para agir em questão relacionada aos estados.

Sarney: reajuste deveria caber só ao Executivo

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem a manutenção do acordo feito pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as centrais sindicais, de calcular o reajuste do salário mínimo com base na inflação do ano anterior e no aumento do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Na opinião de José Sarney, o Congresso não deveria ter que analisar esse reajuste.

– Uma das coisas que considero como distorção em medidas provisórias é o fato de nós termos absorvido, na Constituição de 1988, a capacidade de votar o salário mínimo, quando, na realidade, isso compete exclusivamente ao Poder Executivo – afirmou.

Com a medida provisória (MP 516/10) assinada no fim do ano passado, o governo fixou em R\$ 540 o piso nacional de salários, mas a presidente Dilma Rousseff já admite reajustar o mínimo para R\$ 545. As centrais sindicais, no entanto, têm pressionado o governo a conceder um reajuste de R\$ 580, com o argumento de que a fixação do salário mínimo não pode ser prejudicada pelo mau desempenho da economia em 2009.

A regra que vem sendo usada nos últimos anos é a seguinte: correção pela inflação do ano anterior àquele em que é dado o reajuste, somada ao crescimento do PIB de dois anos antes. Como o PIB de 2009 foi negativo, o reajuste do mínimo previsto para 2011 reflete apenas a variação da inflação.

Líder do PT: governo mantém valor do mínimo em R\$ 545

O líder do PT, Humberto Costa (PE), reiterou a intenção do governo de aprovar um salário mínimo de R\$ 545, valor inferior ao que vem sendo reivindicado pelas centrais sindicais. O anúncio foi feito pouco antes da reunião dos líderes governistas no Senado, realizada ontem de manhã. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Luiz Sérgio, também participou do encontro.

Questionado sobre a possibilidade de o Executivo ser derrotado no Congresso – pois há parlamentares que defendem um reajuste para até R\$ 580 –, Humberto Costa disse que “a base aliada está unida e entende as razões do governo”.

O senador argumentou que, ao mesmo tempo em

que planeja manter essa política de recuperação do salário mínimo, o governo está preocupado com as contas da Previdência, com a capacidade de pagamento das prefeituras (especialmente as do Nordeste) “e, inclusive, com a possibilidade de uma crise internacional que, desta vez, poderá afetar o Brasil”.

– O governo está sendo fiel à política de recomposição que foi acertada informalmente há dois anos – observou o líder.

Quanto a possíveis mudanças nessa política, Humberto Costa declarou que elas até podem ocorrer, desde que haja um novo acordo.

Além do reajuste do salário mínimo, os líderes também discutiram a composição das comissões do Senado.



Humberto Costa: governo se preocupa com contas da Previdência

Itamar sugere que a CAE ouça José Serra sobre salário mínimo

O líder do PPS, senador Itamar Franco (MG), sugeriu em Planário que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouça o ex-candidato à Presidência da República José Serra, além de representantes das centrais sindicais, a respeito da proposta do Executivo de fixar o salário mínimo em R\$ 545 este ano.

Na última campanha presidencial, José Serra defendeu um salário mínimo de R\$ 600, enquanto as centrais sindicais queriam que o benefício fosse de R\$ 580. Esse valor continuou a ser reivindicado pelos sindicalistas mesmo após a posse de Dilma Rousseff na Presidência da República.

– É bom e natural que tenhamos opiniões divergentes – afirmou.

As centrais sindicais, segundo Itamar Franco, sustentam que



Itamar Franco propõe que centrais sindicais também sejam ouvidas

sua proposta garante a reposição do índice de inflação, acrescido da variação do PIB. Já José Serra garante ser possível um salário mínimo de R\$ 600, desde que o governo promova corte de gastos, renegocie contratos desfavoráveis à União e faça uma reestimativa de receitas.

Bancada do PSDB decide lutar por salário mínimo de R\$ 600

A bancada do PSDB no Senado decidiu ontem lutar para que o salário mínimo deste ano seja reajustado para R\$ 600, e não para R\$ 545, como propôs o governo ao Congresso em medida provisória (MP 516/10). O partido já apresentou emenda à MP elevando o seu valor e, caso o governo envie nova medida ao Congresso prevendo o mínimo de R\$ 545, como vem sendo noticiado, fará nova emenda de R\$ 600.

– O governo está mostrando uma insensibilidade inaceitável

para com os trabalhadores. Chegamos à conclusão de que o governo pode pagar um salário mínimo de R\$ 600, desde que faça cortes nas suas despesas correntes – afirmou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), depois de reunião de sua bancada.

Alvaro Dias lamentou que, ao mesmo tempo em que o governo não aceita um mínimo mais elevado, os trabalhadores “estão perdendo dinheiro, pois a inflação está voltando” e praticamente chegou aos 6% ao ano.



Grupo de manifestantes no gramado em frente ao Congresso: índios querem entregar lista de reivindicações à presidente Dilma Rousseff

José Cruz/Senado Federal

Índios protestam contra usina de Belo Monte

Índios e representantes de organizações não governamentais protestaram ontem de manhã contra a construção da usina de Belo Monte, no Pará, e contra outras grandes hidrelétricas na região. O ato em

frente ao Congresso Nacional teve a participação da senadora Marinor Brito (PSOL-PA). A manifestação foi convocada por movimentos que atuam na bacia do Xingu e em outros rios amazônicos para sensibi-

lizar os parlamentares quanto aos problemas decorrentes do empreendimento. Lideranças indígenas querem entregar a Dilma Rousseff uma lista de reivindicações assinada por mais de 500 mil pessoas.

Moka defende a aprovação do novo Código Florestal

Em discurso definindo as prioridades de seu mandato, senador também anuncia apoio à Emenda 29, que aumenta percentuais mínimos dos recursos destinados à saúde

A NECESSIDADE DE o Congresso Nacional aprovar a Emenda 29 – que aumenta os recursos destinados à saúde, fixando os percentuais mínimos a serem investidos anualmente pela União, Distrito Federal, estados e municípios – e as alterações no Código Florestal foram os principais temas do pronunciamento de estreia do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) em Plenário. Ele também fez uma retrospectiva de sua trajetória política, iniciada em 1982.

Professor universitário e médico, Waldemir Moka disse que muitas vezes foi confundido ou tachado de latifundiário em virtude de seu trabalho na Câmara dos Deputados em defesa da agricultura e da produção rural. Apesar de elogiar o relatório elaborado pelo relator do novo Código Florestal na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), Moka opinou que o texto será aprimorado quando tramitar no Senado.

– Enganam-se os que pen-

sam que o produtor rural quer devastar e acabar com o meio ambiente. O Pantanal é de longe o bioma mais preservado do país e há mais de 250 anos os pantaneiros lá produzem a chamada proteína vermelha, a carne bovina. Essa é a prova inequívoca. O produtor depende da água, da terra e do clima. Destruir isso seria dar um tiro no pé – afirmou Waldemir Moka.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), em aparte, destacou o trabalho dos produtores rurais para “colocar comida na mesa dos brasileiros”. Ela comemorou o fato de a presidente Dilma Rousseff ter, na mensagem que enviou ao Congresso, reconhecido a importância do setor. Já o senador Blairo Maggi (PR-MT) avaliou que o novo Código Florestal deve dar ao empresário rural condições de produzir com tranquilidade.

Por sua vez, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comprometeu-se a trabalhar, junto com Waldemir Moka e os demais



Waldemir Moka quer modificar o texto já votado pela Câmara

médicos com assento no Senado, pela aprovação da Emenda 29 e também por melhorias efetivas no Sistema Único de Saúde (SUS). O também médico Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que participará do esforço pela aprovação da emenda.

Waldemir Borretto/Senado Federal

Mozarildo quer plano nacional para Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender que o governo assuma a criação de um plano nacional de desenvolvimento para a Amazônia. Segundo disse ontem, não se leva em conta que ali habitam 25.469.352 brasileiros, uma população maior que a maioria dos países latino-americanos.

– Quando se fala em Amazônia, o que se vê na televisão, nos documentários, nas reportagens, é mata, bichos e, quando muito, índios – lamentou. Isso, de acordo com Mozarildo, faz com que a Amazônia ainda registre, notadamente na população indígena, casos de doenças consideradas “descui-



Para o senador, faltam iniciativas de valorização do ser humano

dadas” (que têm tratamento), como tuberculose, hanseníase e oncocercose.

O senador também alertou

para o descuido com que são tratadas as fronteiras da região, consideradas território livre para o tráfico das drogas e das armas que abastecem o crime nas grandes cidades brasileiras. Para ele, não é possível pensar em resolver alguns problemas nacionais sem cuidar da Amazônia.

– Estamos cansados de receber receitas e propostas que são fabricadas por amazonófilos, mas não por amazonidas. Isso provoca uma distorção que não ajuda a população da Amazônia. Temos uma população indígena de 206 mil índios. No entanto, sequer para eles existe uma política de valorização do ser humano – protestou.

Waldemir Borretto/Senado Federal

Delcídio explica desligamento de energia na região Nordeste

Falando pela liderança do governo, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o corte do fornecimento de energia elétrica que afetou a região Nordeste na madrugada da última sexta-feira não oferece risco de trazer de volta o “fantasma que aconteceu em 2001, que foi o racionamento de energia”.

– Não confundam blecaute e apagão com racionamento. Racionamento é falta de energia permanente por meses. Apagão e blecaute são desligamentos temporários, que evidentemente trazem transtornos para a população, mas têm muito menor impacto do que efetivamente o racionamento. Esse, sim, traz problemas enormes para a população e para o desenvolvimento do país – afirmou o senador.

Delcídio explicou que o problema foi causado por uma peça que protege a subestação Luiz Gonzaga, em Jatobá (PE), desligando as linhas quando há um curto-circuito. Quando ocorreu o desligamento, acrescentou, as condições climáticas eram boas e o sistema estava trabalhando fora do horário de ponta, “num momento absolutamente tranquilo”.

Como os técnicos da Companhia Hidrelétrica do São

Francisco (Chesf) e do Operador Nacional do Sistema (ONS) consideraram que o sistema estava normal, foi feito o religamento, assinalou.

Mas novamente, segundo Delcídio, a proteção atuou fora de hora, uma vez que não havia defeito nenhum. Isso acarretou o desligamento da subestação e de outras usinas importantes do sistema, das quais a principal é Sobradinho. Com a ausência das máquinas de Sobradinho, o sistema começou a oscilar e, como a Chesf é interligada com o sistema Sudeste e também com a Eletronorte, houve perda de sincronismo e a região Nordeste ficou isolada.

– É muito mais uma questão de estudo de sistema para ajustar a interligação e o Sistema Chesf do que qualquer outra coisa que coloque em risco o suprimento de energia para uma região tão importante para o Brasil.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Delcídio diz que não há risco para suprimento de energia na região

José Agripino diz que causa de apagões é a falta de fiscalização

Segundo José Agripino (DEM-RN), “não se pode chamar de fato isolado o apagão elétrico ocorrido sexta-feira no Nordeste, como fez o governo”. Afirmando que também é papel da oposição oferecer soluções, o senador considerou que a causa dos cortes de energia está na “quase inexistente fiscalização”. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema citados por Agripino, há apenas 76 fiscais para 470 subestações e 90 mil quilômetros de linhas.

O senador ressaltou que o consumidor paga, em sua conta de luz, a taxa para fiscalização dos serviços. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disse Agripino, dos recursos arrecadados de 2007 a 2010, apenas 40% foram utilizados na fiscalização e 60% foram contingenciados para aumentar o superávit primário.

– Nos últimos dois anos os apagões aumentaram, chegando a bater recorde no último ano, com 91 ocorrências. É um alerta importante sobre a eficiência do sistema elétrico. As agências reguladoras precisam ser fortalecidas, pois estão sendo castradas com o contingenciamento de recursos. Quando a fiscalização é frouxa, o serviço é igualmente frouxo, e a obra, deficiente – considerou.

Agripino: “Não foi um caso isolado, só em 2010 houve 91 ocorrências”

Em aparte, João Pedro (PT-AM) disse que o Brasil é referência em sistema elétrico e questionou se é correto falar em apagão no Nordeste, devido ao horário em que ocorreu o “problema técnico”. “O governo tem aí um processo em curso para atender as demandas do nosso país”, afirmou.

Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o sistema brasileiro é bastante confiável, “mas pode apresentar falhas, como qualquer projeto. Os estudiosos simulam várias situações, mas não podem prever todas elas”, disse. Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), no caso das telecomunicações, os números são “ainda mais absurdos” e quem paga a conta também são os consumidores. Ele concordou que a solução está no fortalecimento das agências reguladoras.

Já o senador Paulo Davim (PV-RN) considerou importante a análise feita por Agripino.



Moreira Mariz/Senado Federal

Medida provisória, que trata de vários outros temas, cria um fundo para compensar falta de pagamento de estudantes inadimplentes do Fies

Confirmadas sete indicações para embaixadas

O Plenário do Senado aprovou ontem sete indicações da presidente Dilma Rousseff para o cargo de embaixador do Brasil em Marrocos, Dominica, Suécia, Jamaica, Noruega, Hungria e Bósnia-Herzegovina.

A indicação do diplomata José Marcos Nogueira Viana para o cargo de embaixador do Brasil em Dominica foi aprovada com 50 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.

Para a embaixada do Brasil na Suécia foi ratificada a indicação da diplomata Leda Lucia Martins Camargo, com 55 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção.

O diplomata Antonio Francisco da Costa e Silva Neto teve sua indicação para exercer a titularidade da embaixada brasileira na Jamaica aprovada com 56 votos favoráveis, 5 contrários e duas abstenções.

Por sua vez, o diplomata Carlos Henrique Cardim teve sua indicação para a embaixada brasileira na Noruega aprovada com 60 votos favoráveis e 5 contrários. Ele vai exercer o cargo cumulativamente com o posto de embaixador brasileiro na Islândia.

Para a embaixada na Hungria foi aprovada a indicação do diplomata Sérgio Eduardo Moreira Lima, com 51 votos favoráveis e 7 contrários.

O diplomata José Augusto Lindgren Alves também teve sua indicação aprovada. Foram 59 votos favoráveis e 4 contrários. Ele exercerá o cargo de embaixador do Brasil na Bósnia-Herzegovina.

Já para a embaixada brasileira no Marrocos foi ratificada a indicação do diplomata Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, com 58 votos favoráveis e 6 contrários.

Também foi aprovada, com 57 votos favoráveis, 4 contrários e uma abstenção, a indicação de Jorge d'Escragnoille Taunay Filho para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), em Montreal, no Canadá.

Todas essas indicações receberam parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no ano passado. A presidente da República será comunicada acerca das aprovações por meio de ofícios do Senado.

A aprovação dos embaixadores indicados pela Presidência da República é uma atribuição do Senado que está prevista na Constituição. Todos os indicados são submetidos a uma sabatina na CRE antes de terem suas indicações apreciadas em Plenário.

Sob críticas da oposição, Plenário aprova MP que beneficia setor elétrico

NA PRIMEIRA SESSÃO deliberativa da legislatura, os senadores aprovaram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/10 da medida provisória que aumentou em R\$ 90 bilhões o limite de financiamento que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode conceder ao setor elétrico com taxas subsidiadas pelo governo federal.

Entre outros itens incluídos no PLV, proveniente da Medida Provisória (MP) 501/10, destaca-se a criação de um fundo para garantir o pagamento de empréstimos no caso de inadimplência dos alunos vinculados ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies), destinado a ajudar estudantes sem condição de arcar com custos da graduação (veja o quadro).

Relatado no Senado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o texto foi criticado pelos senadores da oposição pela infinidade de temas que abarcava. O senador Aloysio Nu-

nes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que, da forma como foi editada pelo governo, a MP, que em sua origem já tratava de três temas diferentes, feria a Lei Complementar 95/98, que determina que cada lei deve tratar de um único objeto.

– Ela já nasceu torta, e ficou mais torta durante sua tramitação – disse o senador, em referência às emendas acrescentadas ao projeto na Câmara.

O senador José Agripino (DEM-RN) ressaltou que, ainda que meritórios, eram ao menos sete assuntos dispares, o que a

seu ver prejudica o debate.

– Não se pode fazer desse procedimento a regra. Voltemos à prática da discussão de MPs por assunto – disse, ao cobrar o compromisso do líder do governo. Manifestaram-se no mesmo sentido os senadores Mário Couto (PSDB-PA), Maríno Brito (PSOL-PA) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Dívida pública

O PSDB chegou a apresentar destaque para votação em separado do dispositivo que dizia respeito ao aumento do limite

de financiamento do BNDES. Na avaliação do líder do partido, senador Alvaro Dias (PR), aprovar o artigo seria conceder ao governo um “cheque em branco”.

– O governo considera não contabilizar essa transferência interna dos recursos do Tesouro como dívida pública, mas ela nada mais é do que isso. Não podemos fazer essa concessão – disse.

O destaque, porém, foi derubado, e manteve-se o texto original, que volta à Câmara.

Ainda quanto à subvenção econômica ao BNDES, o PLV estendeu o prazo das operações de financiamento do banco até 31 de março de 2011, dois anos a mais que o prazo atual.

Em defesa da MP, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou que “os investimentos em infraestrutura energética precisam ser ampliados para que o setor acompanhe o desenvolvimento da economia brasileira”.

Fundo já foi criado por decreto

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), previsto na MP, já foi criado por decreto do Executivo e garantirá 80% do empréstimo para o Fies, acabando assim com a exigência do fiador. Podem recorrer a esse financiamento os estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (R\$ 810) e também os bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni).



Relator da MP e líder do governo no Senado, Romero Jucá defende aprovação do projeto, criticado por opositoristas como Agripino Maia (3º à dir.) e Alvaro Dias (2º à dir.)

R\$ 134 bilhões para exportação e energia

O projeto incluiu no rol de operações de financiamento a produção de bens de consumo para exportação e para o setor de energia elétrica. Também foi contemplada pela medida a aquisição de bens associados à implantação de empreendimentos de geração renovável ou transmissão de energia elétrica por sociedades empresariais, conforme os respectivos atos de outorga de concessão ou autorização.

O limite de financiamentos subvencionados pela União, por meio do BNDES, foi acrescido em R\$ 90 bilhões, além dos atuais R\$ 44 bilhões previstos na Lei 12.096/09, totalizando, portanto, o teto de R\$ 134 bilhões.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, que assinou a exposição de motivos da MP com o ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que houve

necessidade de reforço do limite de financiamentos subvencionados pela União. Esses financiamentos são necessários para atender não só à aquisição e produção de bens de capital, mas também à produção de bens de consumo para exportação, inovação tecnológica e setor elétrico.

Segundo Mantega, a média diária de todas as modalidades operacionais do BNDES saltou de R\$ 325 milhões em novembro de 2009 para R\$ 730 milhões em dezembro do mesmo ano, demonstrando que o limite fixado pela lei é insuficiente para atender às necessidades do setor.

Quanto ao fundo para o Fies, os ministros argumentam que facilitará o acesso de estudantes de menor renda ao nível superior, potencializando a formação de mão de obra qualificada.

Compensação da Lei Kandir tem R\$ 1,95 bi

Outro dispositivo da MP aprovada, mediante projeto de conversão, libera R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios para compensar a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para produtos exportados, conforme previsto na Lei Kandir.

Como já ocorreu nos anos de 2004 e 2009, o dinheiro será utilizado para abater parcelas de entes federativos com a União, já vencidas ou, por acordo, que ainda estão por vencer.

A MP altera também a lei que trata da criação da Eletrobras, retirando a necessidade de aprovação da reforma dos estatutos da empresa pelo presidente da República. Pelo texto, os diretores e o presidente da estatal poderão ainda exercer cargos de administração em sociedades de propósito específico, criadas para implementar projetos que têm participação da Eletrobras com empresas privadas.

Cristovam pede "choque" nos serviços públicos

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que alguns parlamentares brasileiros estão envergonhados devido ao debate sobre o novo valor do salário mínimo, que deve ficar entre R\$ 540 e R\$ 580. Para o senador, esse reajuste é muito baixo, principalmente se comparado com o aumento de 61% nos vencimentos dos deputados e senadores.

– Quatro pães por dia [durante o mês] é a diferença entre um e outro. Alguns dizem que é impossível mais de R\$ 540, outros comemoram os R\$ 580 – disse.

O senador informou que o salário mínimo brasileiro subiu 34% nos últimos oito anos, mas as mudanças na vida dos trabalhadores brasileiros ainda estão aquém do necessário.

Para Cristovam, além da política de reajuste do salário mínimo, o governo precisa promover uma política de melhoria contínua dos serviços públicos, para melhorar os hospitais onde os trabalhadores são atendidos, as escolas onde os filhos deles estudam e o transporte público que atende grande parte da população.

– Nós melhoramos a parte monetária do salário mínimo, mas esquecemos a parte que não é monetária nem é privada: a parte dos serviços públicos – declarou.

Cristovam chegou a sugerir à presidente Dilma Rousseff a criação de um tipo de programa de aceleração do crescimento para a melhoria na oferta de serviços públicos, "uma espécie de choque social, capaz de com isso elevar o bem-estar do trabalhador, independentemente do contracheque dele".



Cristovam: melhoria dos serviços públicos merece esforço maior



Alunos da rede pública usam internet em Brasília: iniciativa destina recursos do Fust para assegurar o acesso à rede em conexão de banda larga

Câmara deve votar banda larga para todas as escolas

Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante afirma que proposta é um passo no sentido da extinção do "verdadeiro apartheid digital existente no país"

INCLUÍDO ENTRE AS prioridades do atual governo na área de infraestrutura e já aprovado pelo Senado, está pronto para ser votado pela Câmara o projeto do então senador Aloizio Mercadante que determina a universalização da internet de banda larga em todas as escolas do país.

O projeto modifica a Lei 9998/00, que criou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para permitir a utilização dos recursos na ampliação da oferta de serviços de banda larga. O texto (PL 1481/07) que está pronto para ser votado pelos deputados é um substitutivo aprovado em

comissão especial da Câmara.

A proposta estabelece que a universalização deverá "garantir a todos o acesso a tecnologias de informação e comunicação de qualidade, independentemente de sua condição social, de sua renda ou da localização de seu domicílio, local de estudo ou de trabalho, privilegiando-se aqueles menos favorecidos".

Na aplicação dos recursos do Fust, determina o substitutivo, será obrigatório dotar todas as escolas públicas, "em especial as situadas fora da zona urbana", de acesso à internet em banda larga, em velocidades "adequadas", até o final de

2013.

A medida seria um passo em direção à extinção do "verdadeiro apartheid digital" que ainda existe no país, segundo exposição de motivos encaminhada por Aloizio Mercadante, atual ministro da Ciência e Tecnologia.

Em seu voto, o relator do projeto na Câmara, então deputado Paulo Henrique Lustosa, observou que a proposta facilitará o uso de recursos do Fust, ao permitir que as verbas destinadas à universalização sejam usadas não somente para ampliar o acesso à telefonia fixa, mas também o acesso à internet.

Wellington Dias defende expansão do ensino técnico

A expansão do ensino técnico em cursos de curta duração é uma maneira de erradicar a miséria e a pobreza, além de melhorar as condições de vida de muitos brasileiros que hoje se encontram fora do mercado de trabalho devido à falta de qualificação, defendeu ontem o senador Wellington Dias (PT-PI).

– Vivemos num mundo globalizado e é preciso que, hoje, desde o ensino fundamental, a gente tenha a opção de uma, duas línguas ou mais. Isso é perfeitamente possível, especialmente com a expansão da

banda larga e com o crescimento do número de profissionais nessa área – afirmou.

Wellington Dias avalia que o governo precisa garantir condições de profissionalização para os trabalhadores, criando cursos direcionados às pessoas que, a exemplo de pedreiros, eletricitistas e assentadores de piso, atuam hoje em projetos do governo na área de construção civil, como o Minha Casa, Minha Vida, ou mesmo o Luz para Todos.

Wellington Dias – que é ex-governador do Piauí – ressaltou que a expansão do ensino



Senador conta que, no governo do Piauí, investiu em escolas técnicas

técnico favoreceu o seu estado, que em 2002 contava com 145 escolas de ensino médio, contra 526 unidades existentes no final de 2010.

Senador lamenta morte de Raphael de A. Magalhães

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) lamentou a morte do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, ocorrida no último dia 31 de janeiro.



Luiz Henrique

Ele disse que o ex-ministro era um homem devotado ao país e estava sempre formulando ideias, elaborando projetos, buscando fórmulas e formas de levar o Brasil ao rumo do desenvolvimento.

Ao assumir o governo catarinense, disse que convidou Magalhães para o Conselho de Assessoramento Superior.

– Raphael pontificava, trazendo sempre ideias lúcidas e exequíveis. Devo-lhe muito por valiosas contribuições, como o Master Plan de Santa Catarina, que ele elaborou, junto com Eliezer Batista, comandando uma equipe das universidades federais do Rio de Janeiro e de Santa Catarina – disse.

Walter Pinheiro agradece votos e define mandato

Walter Pinheiro (PT-BA) agradeceu ontem os votos que o trouxeram ao Senado, fez um pequeno relato de sua biografia política e anunciou as prioridades que pretende impor em seu mandato.



Walter Pinheiro

O deputado agradeceu a generosidade do povo baiano, que lhe deu 3,63 milhões de votos, e lembrou sua votação em eleições anteriores, "o que me permite agora poder contribuir com as ações do meu estado, com as ações do Brasil, com o governo da nossa presidenta Dilma Rousseff".

Walter Pinheiro também agradeceu a seus familiares, aos companheiros de partido e ao governador reeleito Jaques Wagner, que lhe deu a oportunidade de exercer o cargo de secretário de Planejamento no governo da Bahia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cicero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário: Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Wilson Santiago • Marta Suplicy • Pedro Simon • João Pedro

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920



Em encontro no Supremo Tribunal Federal, José Sarney (C), deputado Marco Maia e ministro Cezar Peluso

José Sarney defende necessidade de adoção do 3º pacto republicano

Após reunir-se na manhã de ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, o presidente do Senado, José Sarney, destacou a harmonia entre os Poderes e defendeu a necessidade de formalização do 3º pacto republicano, proposto pelo presidente da corte, na cerimônia de abertura da 54ª Legislatura do Congresso Nacional, no dia 2.

O objetivo do novo pacto, explicou Cezar Peluso na ocasião, é continuar o processo de aprimoramento da ordem jurídica e consolidar a modernização da máquina judiciária.

Sarney disse que aproveitou a visita para fixar alguns pontos que podem facilitar a tarefa de entendimento entre os três Poderes.

– O primeiro é fazermos o 3º pacto republicano. Os dois primeiros foram feitos com grande resultado para o país e para a população brasileira – afirmou.

De acordo com o presidente do Senado, a reunião, que contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, serviu ainda para manifestar ao presidente do STF a necessidade de

resolver controvérsias entre o Legislativo e o Judiciário.

Ficha Limpa

Questionado sobre a influência da Lei da Ficha Limpa nas últimas eleições, Sarney explicou que ambos os Poderes farão um esforço para a célere resolução de questões que estão interferindo em assuntos políticos e evitar o que chamou de “judicialização da política”.

– Estamos encontrando soluções e, nesse sentido, nós combinamos com o presidente [do STF] de fazermos todo o esforço, evidentemente sem nenhuma interferência nas funções que cabem a cada Poder, de que tenhamos essa pauta limpa, sem atritos – ressaltou.

Sarney adiantou que aproveitaria a visita que faria à presidente Dilma Rousseff, à tarde, para tratar da assinatura do novo pacto. Lembrou que a presidente da República já manifestou ser favorável à assinatura do ato conjunto entre os três Poderes.

– Se avançarmos nesse sentido, já estaremos fazendo coisas objetivas e não somente cumprindo deveres formais – disse o senador.

Presidente pede empenho de líderes para que CCJ possa votar indicação ao STF

A indicação de Luiz Fux para o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) hoje ou amanhã e, no mesmo dia, pelo Plenário do Senado. A informação é do presidente do Senado, José Sarney.

Após visita ao presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, ontem, Sarney afirmou que a sabatina e a votação secreta da mensagem indicando o magistrado dependem apenas da eleição do presidente da CCJ.

– Ainda não temos a CCJ composta e eu pedi aos líderes que o fizessem hoje [ontem] ou amanhã [hoje] para, então, eleger o presidente e, em seguida, ter-

mos condições de ouvir o ministro Fux, conforme determina a Constituição – explicou Sarney.

O ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar vaga decorrente da aposentadoria do ministro Eros Grau, completando o quórum de 11 integrantes do STF.

A mensagem (MSF 36/11) da presidente com a indicação foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 2 de fevereiro, lida no Plenário do Senado no dia seguinte e, na mesma data, encaminhada à CCJ, onde aguarda a designação de um relator entre os membros que comporão o colegiado.

Dornelles ressalta competência de Fux

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou ontem a indicação do ministro Luiz Fux para o STF, de quem destacou a “competência, dignidade, caráter e espírito público”.

– A presença do ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal vai honrar esse tribunal, vai honrar o estado do Rio de Janeiro, vai engrandecer o Brasil – declarou.

Na opinião do senador, o currículo de Luiz Fux “honra a magistratura brasileira”, pois o magistrado é catadrático e livre docente em Processo Civil na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),



Presença de Fux no STF vai honrar o tribunal, o Rio de Janeiro e o Brasil, diz Dornelles

escreveu e publicou 21 livros e é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

Dornelles também saudou a posse do novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), o desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos.

Itamar e Collor devem integrar Comissão de Reforma Política

Os dois ex-presidentes constam de lista elaborada por José Sarney; Marco Maia anuncia outra comissão na Câmara dos Deputados

OS EX-PRESIDENTES DA República Itamar Franco (PPS-MG) e Fernando Collor (PTB-AL) deverão integrar a Comissão de Reforma Política. A informação é do presidente do Senado, José Sarney, que já tem uma lista com alguns dos nomes que serão convidados a compor a comissão a ser instalada ainda nesta semana.

– Os ex-presidentes da República que estão no Congresso Nacional evidentemente farão parte da comissão – assinalou.

A comissão terá um prazo de 60 dias para elaborar o conjunto de propostas a serem submetidas aos parlamentares.

Rapidez

A Câmara também deverá constituir uma comissão para tratar da reforma política, nos mesmos moldes da que José Sarney organiza no Senado para debater o tema.

O deputado Marco Maia, presidente

da Câmara, confirmou à imprensa a participação daquela Casa depois de visita que ele e Sarney fizeram à presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, no início da tarde de ontem.

Sarney não falou com a imprensa, mas Marco Maia informou que se tratou de uma visita formal em que os presidentes do Senado e da Câmara colocaram-se à disposição da presidente da República para levar ao Congresso Nacional temas de interesse do Executivo.

Ainda em relação à reforma política, Marco Maia explicou que o objetivo é discutir e votar as mudanças o mais rápido possível.

O presidente da Câmara espera que as propostas de reforma política sejam debatidas no primeiro semestre e votadas no segundo.

– Essa matéria tem que ser tratada com celeridade. Queremos construir o consenso entre senadores e deputados e votar – afirmou.



Senador também defende financiamento público das campanhas e novo pacto federativo

Pedro Taques apoia sistema distrital

A reforma política deve incluir voto distrital, financiamento público de campanhas e um pacto federativo que valorize os municípios, defendeu ontem o senador Pedro Taques (PDT-MT). Ele elogiou a iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, de criar uma comissão especial para tratar do assunto.

– Eu entendo que quando se fala em reforma política nós não podemos ter como sinônimo reforma eleitoral. A reforma política tem de ser mais abrangente – disse.

O sistema proporcional de eleição de deputados federais e estaduais e de vereadores, na avaliação de Taques, tem distorções como a de possibilitar a eleição de candidatos desconhecidos pelo eleitor com a votação dos “puxadores de votos”.

Valadares: “É preciso avançar as reformas”

O líder do PSB, senador Antônio Carlos Valadares (SE), disse ontem que o fato de a gestão Dilma Rousseff ser um governo de continuidade não o faz um governo “sem personalidade e dicção próprias”.

Para ele, é preciso avançar, pois esse é apenas o início de um longo processo de transformações, que, para cumprir plenamente seu objetivo, impõe um conjunto de reformas que têm sido adiadas há décadas.

Ele citou como exemplo as reformas



Aécio acha que a reforma toda deve ser levada a Plenário, e não apenas as partes consensuais

Aécio: votação tem de ser neste semestre

Convidado pelo presidente José Sarney para integrar a comissão da reforma política, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse ontem que as propostas de mudanças têm de ser feitas ainda neste semestre. Caso elas fiquem para mais tarde, ele não acredita que possam mobilizar o Congresso e nem mesmo a sociedade.

Para Aécio Neves, Sarney não pode colocar em votação apenas as partes da reforma política que obtiverem consenso dentro da comissão ou dos partidos políticos. Ele afirmou que mesmo as sugestões de mudanças sem consenso “devem ser decididas no voto do Plenário”.

Como exemplo, o senador lembrou que “o voto em lista jamais terá consenso no Congresso”, mas, para ele, deve ser submetido a votação.



Para o líder do PSB, falta à classe política determinação para “cortar na própria carne”

política, tributária, previdenciária e educacional. Valadares disse que tem faltado à classe política determinação para “cortar na própria carne”.

A pedido de Marta Suplicy e de outros 27 senadores, proposta que já passou pela Câmara dos Deputados voltará a ser analisada no Senado. Tramitação reinicia na CDH

Plenário desarquiva projeto que criminaliza a homofobia

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem requerimento solicitando o desarquivamento do PLC 122/06, que torna crime a discriminação de homossexuais, idosos e deficientes, mais conhecido como o projeto que criminaliza a homofobia. O requerimento foi apresentado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP) e assinado por outros 27 senadores.

Com a aprovação, o projeto volta a tramitar na Comissão de Direitos Humanos (CDH), na forma do substitutivo da ex-senadora Fátima Cleide aprovado em novembro de 2009 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Além da CDH, a matéria precisa ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir ao Plenário. Caso seja aprovada pelo Senado, a proposta volta à Câmara, por ter sido modificada.

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) parabenizou Marta

Suplicy pela iniciativa.

– Esse projeto reflete um sentimento nacional dos movimentos sociais, sobretudo os que estão à frente das lutas pelos direitos humanos. Em nome da bancada do PSOL, nos colocamos à inteira disposição para fortalecer o combate à homofobia e a todas as formas de preconceito e garantir que, com a aprovação desse projeto, o Estado crie mecanismos para punir esse crime que afeta uma parcela significativa do povo brasileiro – afirmou Marinor.

O PLC 122/06 foi enviado ao arquivo porque o Regimento Interno do Senado estabelece que, ao final de uma legislatura, todas as propostas em tramitação há mais de duas legislaturas sejam arquivadas. Dessa forma, foram ao arquivo todas as matérias apresentadas em 2006, último ano da 52ª legislatura, e anos anteriores.

O PLC 122/06, da ex-deputada Lara Bernardi, foi aprovado na Câmara em dezembro de 2006. A proposta altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. A proposta inclui entre esses o de discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

União civil

Marta Suplicy pretende apresentar ainda em 2011 projeto regulamentando a união civil entre pessoas do mesmo sexo, informou a assessoria da senadora. Atualmente não há nenhuma legislação que contemple esse tipo de casal. Marta apresentou projeto na Câmara dos Deputados em 1995, que chegou a ser aprovado em comissões, mas nunca foi votado em Plenário.



Marta Suplicy é a autora do requerimento aprovado ontem pelo Plenário do Senado

Marinor anuncia evento contra “reajuste irrisório”



Marinor Brito

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) anunciou que seu partido está convocando uma grande mobilização de trabalhadores em Brasília, no próximo dia 16, para protestar na Esplanada dos Ministérios contra o “reajuste irrisório” do salário mínimo proposto pelo governo – de R\$ 510 para R\$ 540.

Os manifestantes querem ainda protestar contra os congressistas, que aumentaram em 62% seus próprios salários, elevando ainda os rendimentos da presidente Dilma Rousseff em 134% e dos ministros em 149%. “Isso é um escândalo”, afirmou. O aumento do salário mínimo foi de 5,88%, quando a inflação oficial de 2010 (IPCA, do IBGE) ficou em 5,9%.

A senadora disse que o PSOL exige do governo petista o cumprimento da promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dobrar o valor real do salário mínimo. Caso a promessa tivesse sido cumprida, o mínimo não seria hoje de R\$ 540, mas sim de R\$ 700, sustentou.

Marinor Brito pediu ainda apoio dos congressistas para a indicação do professor de Direito Constitucional Reynaldo Andrade da Silveira, da Universidade Federal do Pará, para uma de três novas vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ana Rita deseja ampliar as conquistas sociais



Ana Rita: prioridades

Aprofundar as conquistas sociais, em conjunto com os movimentos sociais organizados, as lideranças políticas e religiosas e o setor produtivo – em especial os micro e pequenos empresários. Esse será o perfil do mandato da senadora Ana Rita (PT-ES), que ontem, em discurso, também incluiu entre as prioridades atuar

pelo desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

– É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar nossas regiões para que todo o Espírito Santo possa se fortalecer e para que toda a nossa população possa se beneficiar desse crescimento, para que não ocorram desequilíbrios. O desenvolvimento deve ir onde as pessoas estão – afirmou Ana Rita.

A senadora antecipou que trabalhará para que a ampliação do aeroporto Eurico Salles se concretize. Ela apelou à Infraero que libere o mais rápido possível o novo projeto executivo do aeroporto, cujas obras estão paralisadas desde 2008. Ana Rita acrescentou que outro eixo do seu mandato será lutar para que os royalties da riqueza do pré-sal sejam distribuídos com valores maiores para os estados produtores, como é o caso do Espírito Santo.

Aloysio quer ouvir equipe econômica sobre Panamericano

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu, ontem, a realização de audiência pública com a participação do ministro da Fazenda, Guido Mantega; da presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho; e do anterior e do atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e Alexandre Tombini. O objetivo é esclarecer dúvidas a respeito do caso envolvendo o Banco Panamericano.

Aloysio Nunes também propõe que sejam ouvidos representantes do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e das empresas contratadas pela Caixa para auditar o Panamericano antes de a Caixa adquirir participação societária no banco. O senador deseja saber, por exemplo, como a operação, que totalizou R\$ 739 milhões, foi feita sem que o rombo inicial de R\$ 2,5 bilhões tivesse sido percebido.

– Há no mínimo algo de muito estranho em todo esse



Senador diz que a cada dia surgem fatos novos, que devem ser explicados

imbróglcio. É preciso que tragamos à luz o que realmente aconteceu. Até para preservar a credibilidade de nosso sistema financeiro – explicou.

Segundo o parlamentar, a cada dia surgem novos fatos, desmentindo declarações e depoimentos dos agentes financeiros envolvidos, inclusive das diretorias da Caixa Econômica e do Banco Central. Ele criticou sobretudo o fato de a Caixa ter adquirido 49% do capital votante do Panamericano sem conhecer minimamente a realidade de suas contas. O Banco Central também poderia ter assumido, na opinião do senador, uma maior cautela antes de aprovar o negócio.

Maldaner destaca a capacidade econômica de Santa Catarina

Santa Catarina deveria servir de exemplo ao Brasil, em razão da pujança econômica do estado que hoje detém um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Embora tenha destacado investimentos em inovação tecnológica, educação, turismo e preservação ambiental, Casildo Maldaner lembrou que Santa Catarina ainda precisa investir em alguns setores, por exemplo, na construção de estradas, ferrovias e aeroportos, como forma de impedir que os gargalos atuais impeçam o desenvolvimento futuro dos 293 municípios do estado.

O senador também cobrou melhorias no trecho sul da BR-101 e a extensão do gasoduto Brasil-Bolívia ao oeste e ao meio-oeste catarinense, o que aumentaria a oferta de insumo energético à região. Maldaner também defendeu a realização



Maldaner cobra investimentos em setores como o de transportes

de uma ampla reforma tributária que simplifique o pagamento de impostos e estimule o desenvolvimento do país.

Em aparte, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) manifestou apoio ao colega, ressaltando que somente com um novo pacto federativo o Brasil poderá alcançar o patamar de nação de primeiro mundo. O discurso também foi aparteado pelos senadores Paulo Bauer (PSDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS).

Ana Amélia: acordo com Egito prejudica indústria nacional

A senadora Ana Amélia (PP-RS) propôs ao Itamaraty a revisão do acordo Mercosul-Egito. O acerto comercial, ainda não encaminhado ao Congresso, reduz quase a zero os impostos de importação de ônibus inteiros ou em partes e também autopeças, destinados aos países membros do Mercosul.

A sugestão da senadora gaúcha foi apresentada à Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores, comandada pelo embaixador Sérgio Danese, durante visita que recebeu dos diplomatas encarregados das articulações com o Congresso Nacional.

– O acordo, se implementado, trará irreparáveis prejuízos à indústria automobilística, de autopeças e fabricantes de ônibus, setores nos quais o Rio Grande do Sul possui alta tecnologia e desenvolvimento de primeiro mundo – argumentou a senadora.

Ana Amélia alertou o representante do Itamaraty para o fato de que esse acordo possa ser recusado quando chegar ao Parlamento. A senadora entregou documento da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (Fabus), que aponta as consequências para o setor do acordo do bloco com o Egito.